

Crescendo com valor



Celulose Irani S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE
31 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting*), emitidas pelo IASB – *Internacional Accounting Standards Board*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de transição para IFRS/CPC’s.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não em vigor:

Normas, interpretações e alterações de normas existentes que serão obrigatórias para períodos a partir de 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia, a Administração está avaliando os possíveis impactos de sua adoção.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes: Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: A nova norma substitui o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários devem reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que poderiam ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa estão classificados nas categorias de instrumentos financeiros como “empréstimos e recebíveis”.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. As contas a receber de clientes estão classificadas nas categorias de instrumentos financeiros como “empréstimos e recebíveis”.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, o qual ocorre e incorre em perdas para *impairment* somente se há evidências objetivas de que um ou mais eventos tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) mudanças adversas nas condições e/ou economia que indiquem redução nos fluxos de caixa futuros estimados das carteiras dos ativos financeiros.

Havendo evidências de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros é estimada e a perda por *impairment* reconhecida na demonstração de resultado.

f) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

h) Propriedade para investimento

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

i) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *Goodwill*, licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas

em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

j) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda e a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 15.

k) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Em 2016 essas revisões não indicaram a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

l) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados

imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

n) Hedge de fluxo de caixa (*Hedge Accounting*)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do período.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado

como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do exercício.

o) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do *leasing* operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

p) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

q) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são

reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos exercícios.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 14), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6 e nº 10), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 15), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 20), além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Governo Estadual de Santa Catarina e também do Estado de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora o incentivo fiscal devido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras (nota explicativa nº 32).

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

t) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas

de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

u) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do exercício.

v) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)			
Empresas controladas - participação direta	Atividade	31.12.16	31.12.15
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	99,99	99,99
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA *	Geração de energia elétrica	99,43	99,43

* em fase de avaliação de projetos eólicos para implementação

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Fundo fixo	33	29	34	32
Bancos	3.610	3.275	3.759	3.499
Aplicações financeiras de liquidez imediata	79.201	76.775	100.092	122.201
	<u>82.844</u>	<u>80.079</u>	<u>103.885</u>	<u>125.732</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa – CDB, à taxa média de 99,86 % do CDI e possuem vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	151.194	130.605	152.434	131.839
Clientes - mercado externo	20.062	19.405	20.062	19.405
	<u>171.256</u>	<u>150.010</u>	<u>172.496</u>	<u>151.244</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.612)	(14.733)	(18.269)	(15.390)
	<u>153.644</u>	<u>135.277</u>	<u>154.227</u>	<u>135.854</u>

Em 31 de dezembro de 2016, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidos e não provisionados um montante de R\$ 24.280, referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
À vencer	129.543	116.233	129.947	116.709
Vencidos até 30 dias	15.679	11.374	15.769	11.425
Vencidos de 31 a 60 dias	3.961	3.662	3.962	3.666
Vencidos de 61 a 90 dias	2.164	664	2.164	670
Vencidos de 91 a 180 dias	1.377	2.059	1.446	2.059
Vencidos há mais de 180 dias	18.532	16.018	19.208	16.715
	<u>171.256</u>	<u>150.010</u>	<u>172.496</u>	<u>151.244</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 63 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Saldo no início do exercício	(14.733)	(13.836)	(15.390)	(14.494)
Provisões para perdas reconhecidas	(2.879)	(897)	(2.879)	(897)
Valores recuperados no exercício	-	-	-	1
Saldo no final do exercício	<u>(17.612)</u>	<u>(14.733)</u>	<u>(18.269)</u>	<u>(15.390)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 74.054 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme notas explicativas nº 16 e 17.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2016 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado
		Valor a receber
a) Clientes sem histórico de atraso	93,60	121.630
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	5,67	7.368
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	0,73	949
		<u>129.947</u>

a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.

b) Clientes im pontuais que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.

c) Clientes im pontuais que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Produtos acabados	7.689	10.265	7.792	10.265
Materiais de produção	36.012	32.046	36.012	32.046
Materiais de consumo	22.695	21.494	22.768	21.594
Outros estoques	479	3.601	479	3.601
	<u>66.875</u>	<u>67.406</u>	<u>67.051</u>	<u>67.506</u>
Redução ao valor realizável líquido	-	(287)	-	(287)
	<u>66.875</u>	<u>67.119</u>	<u>67.051</u>	<u>67.219</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício de 2016 foi de R\$ 596.872 (R\$ 535.478. em 2015) na controladora e R\$ 593.422 (R\$ 530.437 em 2015) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício não inclui redução ao valor realizável líquido. A Administração espera que os demais itens de estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
ICMS	5.234	7.282	5.234	7.282
PIS/COFINS	155	894	155	894
IPÍ	187	101	187	101
Imposto de renda	137	340	137	340
Contribuição social	103	39	103	39
IRRF s/ aplicações	1.799	3.655	1.863	3.655
Outros	10	-	10	-
	<u>7.625</u>	<u>12.311</u>	<u>7.689</u>	<u>12.311</u>
Parcela do circulante	5.233	9.245	5.297	9.245
Parcela do não circulante	2.392	3.066	2.392	3.066

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Banco do Brasil - Nova York - a)	13.537	19.722	13.537	19.722
Banco Itaú - b)	18.545	-	18.545	-
Banco Santander - b)	30.995	-	30.995	-
Banco Rabobank - b)	18.584	-	18.584	-
Banco Itaú Trustee - b)	12.537	-	12.537	-
Total circulante	94.198	19.722	94.198	19.722

- a. Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores em dólares retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2017. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 26 de setembro de 2014, até maio de 2017 serão exigidos somente os juros do contrato.
- b. Banco Itaú, Banco Santander, Banco Rabobank e Banco Itaú Trustee – representados por valores depositados em aplicações financeiras cujos resgates ocorrerão nas datas dos vencimentos em 2017 e 2018 de operações de capital de giro contratadas junto aos próprios bancos.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Adiantamento a fornecedores	3.518	3.503	3.613	3.575
Créditos com funcionários	1.616	2.269	1.640	2.284
Renegociação de clientes	24.325	33.358	24.352	33.390
Despesas antecipadas	1.706	1.513	1.706	1.513
Crédito a receber XKW Trading	4.624	4.697	4.624	4.697
Outros créditos	4.320	1.559	4.349	1.587
	40.109	46.899	40.284	47.046
Provisão para créditos de liquidação duvidosa renegociação	(5.407)	(4.049)	(5.407)	(4.049)
	34.702	42.850	34.877	42.997
Parcela do circulante	19.482	19.293	19.629	19.413
Parcela do não circulante	15.220	23.557	15.248	23.584

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em 2021 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos têm cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Saldo no início do exercício	(4.049)	(2.043)	(4.049)	(2.043)
Provisões para perdas reconhecidas	(1.358)	(2.006)	(1.358)	(2.006)
Saldo no final do exercício	(5.407)	(4.049)	(5.407)	(4.049)

Despesas antecipadas – refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do período mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Créditos a receber XKW Trading Ltda – refere-se à venda da então Controlada Meu Móvel de Madeira Ltda em 20 de dezembro de 2012, em parcelas anuais com vencimento final no ano de 2017.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2016 e de 2015 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados tributos diferidos passivos.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	4.335	7.159	4.335	7.159
Sobre prejuízo fiscal	32.090	11.793	32.090	11.793
Hedge de fluxo de caixa	30.897	54.922	30.897	54.922
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	1.561	2.577	1.561	2.577
Sobre prejuízo fiscal	11.552	4.246	11.552	4.246
Hedge de fluxo de caixa	11.123	19.772	11.123	19.772
	<u>91.558</u>	<u>100.469</u>	<u>91.558</u>	<u>100.469</u>

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	3.989	1.922	3.989	1.922
Valor justo dos ativos biológicos	30.695	37.565	32.844	39.251
Custo atribuído do ativo imobilizado	122.206	122.764	129.805	130.363
Subvenção governamental	981	949	981	949
Carteira de clientes	979	1.177	979	1.177
Amortização ágio fiscal	11.081	7.487	11.081	7.487
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.436	692	1.436	692
Valor justo dos ativos biológicos	11.050	13.523	12.211	14.434
Custo atribuído do ativo imobilizado	43.994	44.195	46.729	46.930
Subvenção governamental	353	342	353	342
Carteira de clientes	353	424	353	424
Amortização ágio fiscal	3.989	2.695	3.989	2.695
	<u>231.106</u>	<u>233.735</u>	<u>244.750</u>	<u>246.666</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>139.548</u>	<u>133.266</u>	<u>153.192</u>	<u>146.197</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Passivo de imposto diferido (líquido)	Consolidado
Período	31.12.16
2017	8.322
2018	9.154
2019	10.069
2020	11.076
2021 em diante	114.571
	<u>153.192</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora ativo	Saldo inicial 31.12.15	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo final 31.12.16
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para participações	(3.752)	79	-	(3.673)
Provisão para riscos diversos	(5.984)	3.761	-	(2.223)
Hedge de fluxo de caixa	(74.694)	-	32.674	(42.020)
Total diferenças temporárias	(84.430)	3.840	32.674	(47.916)
Prejuízos fiscais	(16.039)	(27.603)	-	(43.642)
	<u>(100.469)</u>	<u>(23.763)</u>	<u>32.674</u>	<u>(91.558)</u>

Consolidado	ativo	Saldo inicial 31.12.15	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo final 31.12.16
Impostos diferidos ativos com relação a:					
	Provisão para participações	(3.752)	79	-	(3.673)
	Provisão para riscos diversos	(5.984)	3.761	-	(2.223)
	Hedge de fluxo de caixa	(74.694)	-	32.674	(42.020)
	Total diferenças temporárias	(84.430)	3.840	32.674	(47.916)
	Prejuízos fiscais	(16.039)	(27.603)	-	(43.642)
		<u>(100.469)</u>	<u>(23.763)</u>	<u>32.674</u>	<u>(91.558)</u>

Controladora	passivo	Saldo inicial 31.12.15	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.16
Impostos diferidos passivos com relação a:				
	Variação cambial reconhecida por caixa	2.614	2.811	5.425
	Valor justo dos ativos biológicos	51.088	(9.343)	41.745
	Custo atribuído e revisão da vida útil	166.959	(759)	166.200
	Subvenção governamental	1.291	43	1.334
	Carteira de clientes	1.601	(269)	1.332
	Amortização ágio fiscal	10.182	4.888	15.070
		<u>233.735</u>	<u>(2.629)</u>	<u>231.106</u>

Consolidado	passivo	Saldo inicial 31.12.15	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.16
Impostos diferidos passivos com relação a:				
	Variação cambial reconhecida por caixa	2.614	2.811	5.425
	Valor justo dos ativos biológicos	53.685	(8.630)	45.055
	Custo atribuído e revisão da vida útil	177.293	(759)	176.534
	Subvenção governamental	1.291	43	1.334
	Carteira de clientes	1.601	(269)	1.332
	Amortização ágio fiscal	10.182	4.888	15.070
		<u>246.666</u>	<u>(1.916)</u>	<u>244.750</u>

12. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2014	<u>131.913</u>	<u>112.335</u>	<u>540</u>	<u>386</u>	<u>245.174</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(6.575)	3.897	(71)	(128)	(2.877)
Dividendos propostos	(15.734)	(522)	-	-	(16.256)
Aporte capital	-	25.118	-	-	25.118
Adiantamento futuro aumento capital	20.978	-	94	-	21.072
Em 31 de dezembro de 2015	<u>130.582</u>	<u>140.828</u>	<u>563</u>	<u>258</u>	<u>272.231</u>
Resultado da equivalência patrimonial	18.473	16.778	(5)	(116)	35.130
Dividendos propostos	(4.400)	(3.897)	-	-	(8.297)
Aporte capital	31.721	-	94	90	31.905
Redução capital	-	(43.797)	-	-	(43.797)
Adiantamento futuro aumento capital	(31.721)	-	(94)	-	(31.815)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>144.655</u>	<u>109.912</u>	<u>558</u>	<u>232</u>	<u>255.357</u>

	Habitasul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia
Circulante				
Ativo	1.815	52.499	24	6
Passivo	(5.738)	(342)	-	(9)
Ativo/Passivo Circulante Líquido	(3.923)	52.157	24	(3)
Não Circulante				
Ativo	161.959	58.027	534	237
Passivo	(13.380)	(265)	-	-
Ativo/Passivo Circulante Líquido	148.579	57.762	534	237
Patrimônio Líquido	<u>144.656</u>	<u>109.919</u>	<u>558</u>	<u>234</u>
Receita líquida	13.476	17.527	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.440	18.666	(5)	(116)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(967)	(1.887)	-	-
Resultado do exercício	<u>18.473</u>	<u>16.779</u>	<u>(5)</u>	<u>(116)</u>
Participação no capital em %	100,00	99,99	100,00	99,43

Na controlada Habitasul Florestal S.A. os dividendos deliberados no exercício de 2015 no valor de R\$ 15.734 foram pagos em moeda corrente. Em 31 de dezembro de 2016 foram destinados os dividendos mínimos e obrigatórios de 25% no valor de R\$ 4.400.

No exercício de 2015 a controladora Celulose Irani S.A. realizou adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Habitasul Florestal S.A. no valor de R\$ 20.978. No exercício de 2016 foram capitalizados os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados nos exercícios de 2014 (R\$ 10.743) e 2015 (R\$ 20.978) no montante de R\$ 31.721.

No exercício de 2015, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 25.118 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

Na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. os dividendos deliberados no exercício de 2016 no valor de R\$ 3.897 foram pagos em moeda corrente (R\$ 522 no exercício de 2015).

Na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. em 10 de março de 2016 os sócios resolveram reduzir o capital da Sociedade, por estar excessivo em relação objeto social da sociedade. A controladora Celulose Irani S.A. foi restituída ao valor de R\$ 43.797 em moeda corrente, sendo que permaneceram inalterados os percentuais de participação de todos sócios.

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
Controladora

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015			
Saldo inicial	16.427	3.927	20.354
Adição	6.926	8.299	15.225
Baixa	(72)	-	(72)
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>23.281</u>	<u>12.051</u>	<u>35.332</u>
Custo	23.281	12.702	35.983
Depreciação acumulada	-	(651)	(651)
Saldo contábil líquido	<u>23.281</u>	<u>12.051</u>	<u>35.332</u>
Em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	23.281	12.051	35.332
Depreciação	-	(493)	(493)
Saldo contábil líquido	<u>23.281</u>	<u>11.558</u>	<u>34.839</u>
Custo	23.281	12.702	35.983
Depreciação acumulada	-	(1.144)	(1.144)
Saldo contábil líquido	<u>23.281</u>	<u>11.558</u>	<u>34.839</u>

Consolidado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015			
Saldo inicial	160	3.927	4.087
Adição	6.926	8.299	15.225
Depreciação	-	(175)	(175)
Saldo contábil líquido	<u>7.086</u>	<u>12.051</u>	<u>19.137</u>
Custo	7.086	12.702	19.788
Depreciação acumulada	-	(651)	(651)
Saldo contábil líquido	<u>7.086</u>	<u>12.051</u>	<u>19.137</u>
Em 31 de dezembro de 2016			
Saldo inicial	7.086	12.051	19.137
Depreciação	-	(493)	(493)
Saldo contábil líquido	<u>7.086</u>	<u>11.558</u>	<u>18.644</u>
Custo	7.086	12.702	19.788
Depreciação acumulada	-	(1.144)	(1.144)
Saldo contábil líquido	<u>7.086</u>	<u>11.558</u>	<u>18.644</u>

Terrenos

Se refere principalmente a terrenos mantidos pela controladora, para futuras instalações de parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul, e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição. A implantação de parques eólicos está em fase de avaliação de projetos através da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda.

Em reunião do conselho de administração realizada em 18 de dezembro de 2015 foi aprovada a compra do terreno onde está localizada a sede da Koch Metalúrgica S.A. na cidade de Cachoeirinha - RS com área total de 67.957 m² pelo valor de R\$ 6.926, para possível implantação futura, sem data prevista, de uma fábrica de embalagem no local.

Edificações

Se refere a edificações localizadas em Rio Negrinho – SC com área construída de 25.271 m², tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região.

Também passaram a compor as propriedades para investimentos as edificações adquiridas juntamente com o terreno onde está localizada a sede da Koch Metalúrgica S.A. com área construída de 16.339 m² e valor de R\$ 8.229.

As receitas e despesas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugadas são reconhecidas no resultado conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Receitas de aluguéis	2.459	812
Gastos operacionais diretos que geraram receitas de aluguéis	(412)	(490)

As propriedades para investimento estão avaliadas em 31 de dezembro de 2016 ao custo histórico, e para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$ 54.132 na controladora e de R\$ 35.980 no consolidado. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares.



14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2015									
Saldo inicial	183.028	152.122	419.467	3.031	5.719	19.525	9.152	12.099	804.143
Aquisições	-	580	7.943	539	761	33.675	-	-	43.498
Baixas	(1)	-	(518)	-	(24)	(15)	(90)	-	(648)
Transferências	-	6.521	16.360	33	872	(23.786)	-	-	-
Depreciação	-	(2.176)	(48.977)	(696)	(2.132)	-	(2.845)	(640)	(57.466)
Saldo contábil líquido	183.027	157.047	394.275	2.907	5.196	29.399	6.217	11.459	789.527
Custo	183.027	208.439	785.015	5.532	14.066	29.399	28.481	16.061	1.270.020
Depreciação acumulada	-	(51.392)	(390.740)	(2.625)	(8.870)	-	(22.264)	(4.602)	(480.493)
Saldo contábil líquido	183.027	157.047	394.275	2.907	5.196	29.399	6.217	11.459	789.527
Em 31 de dezembro de 2016									
Saldo inicial	183.027	157.047	394.275	2.907	5.196	29.399	6.217	11.459	789.527
Aquisições	-	-	6.353	1.177	693	43.256	609	-	52.088
Baixas	(111)	-	(1.074)	(13)	(52)	(25)	(162)	-	(1.437)
Transferências	-	3.986	22.610	-	263	(26.859)	-	-	-
Depreciação	-	(2.733)	(53.177)	(847)	(2.031)	-	(2.222)	(625)	(61.635)
Saldo contábil líquido	182.916	158.300	368.987	3.224	4.069	45.771	4.442	10.834	778.543
Custo	182.916	212.425	812.904	6.696	14.970	45.771	28.928	16.061	1.320.671
Depreciação acumulada	-	(54.125)	(443.917)	(3.472)	(10.901)	-	(24.486)	(5.227)	(542.128)
Saldo contábil líquido	182.916	158.300	368.987	3.224	4.069	45.771	4.442	10.834	778.543



Crescendo com valor

Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Bens contratados em <i>leasing</i> financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2015									
Saldo inicial	251.399	153.969	419.485	3.294	6.088	19.972	9.166	12.099	875.472
Aquisições	57	580	7.962	725	773	33.228	-	-	43.325
Baixas	(1)	-	(518)	-	(24)	(15)	(90)	-	(648)
Transferências	-	6.521	16.360	33	872	(23.786)	-	-	-
Depreciação	-	(2.359)	(48.933)	(715)	(2.239)	-	(2.853)	(640)	(57.739)
Saldo contábil líquido	<u>251.455</u>	<u>158.711</u>	<u>394.356</u>	<u>3.337</u>	<u>5.470</u>	<u>29.399</u>	<u>6.223</u>	<u>11.459</u>	<u>860.410</u>
Custo	251.455	212.941	785.110	6.090	16.125	29.399	28.522	16.061	1.345.703
Depreciação acumulada	-	(54.230)	(390.754)	(2.753)	(10.655)	-	(22.299)	(4.602)	(485.293)
Saldo contábil líquido	<u>251.455</u>	<u>158.711</u>	<u>394.356</u>	<u>3.337</u>	<u>5.470</u>	<u>29.399</u>	<u>6.223</u>	<u>11.459</u>	<u>860.410</u>
Em 31 de dezembro de 2016									
Saldo inicial	251.455	158.711	394.356	3.337	5.470	29.399	6.223	11.459	860.410
Aquisições	-	-	6.370	1.177	700	43.256	609	-	52.112
Baixas	(111)	-	(1.074)	(13)	(52)	(25)	(163)	-	(1.438)
Transferências	-	3.986	22.610	-	263	(26.859)	-	-	-
Depreciação	-	(2.929)	(53.192)	(949)	(2.038)	-	(2.227)	(625)	(61.960)
Saldo contábil líquido	<u>251.344</u>	<u>159.768</u>	<u>369.070</u>	<u>3.552</u>	<u>4.343</u>	<u>45.771</u>	<u>4.442</u>	<u>10.834</u>	<u>849.124</u>
Custo	251.344	216.927	813.016	7.254	17.036	45.771	28.968	16.061	1.396.377
Depreciação acumulada	-	(57.159)	(443.946)	(3.702)	(12.693)	-	(24.526)	(5.227)	(547.253)
Saldo contábil líquido	<u>251.344</u>	<u>159.768</u>	<u>369.070</u>	<u>3.552</u>	<u>4.343</u>	<u>45.771</u>	<u>4.442</u>	<u>10.834</u>	<u>849.124</u>

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora	Carteira				Total
	Marca	Goodwill	de Clientes	Software	
Em 31 de dezembro de 2015					
Saldo inicial	1.473	104.380	5.502	921	112.276
Aquisições	-	-	-	970	970
Baixas	(1.473)	-	-	(84)	(1.557)
Amortização	-	-	(792)	(411)	(1.203)
Saldo contábil líquido	-	104.380	4.710	1.396	110.486
Custo	-	104.380	5.502	8.547	118.429
Amortização acumulada	-	-	(792)	(7.151)	(7.943)
Saldo contábil líquido	-	104.380	4.710	1.396	110.486
Em 31 de dezembro de 2016					
Saldo inicial	-	104.380	4.710	1.396	110.486
Aquisições	-	-	-	3.314	3.314
Amortização	-	-	(792)	(641)	(1.433)
Saldo contábil líquido	-	104.380	3.918	4.069	112.367
Custo	-	104.380	5.502	11.861	121.743
Amortização acumulada	-	-	(1.584)	(7.792)	(9.376)
Saldo contábil líquido	-	104.380	3.918	4.069	112.367
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2015					
Saldo inicial	1.473	104.380	5.502	1.456	112.811
Aquisições	-	-	-	970	970
Baixas	(1.473)	-	-	(84)	(1.557)
Amortização	-	-	(792)	(411)	(1.203)
Saldo contábil líquido	-	104.380	4.710	1.931	111.021
Custo	-	104.380	7.081	7.507	118.968
Amortização acumulada	-	-	(2.371)	(5.576)	(7.947)
Saldo contábil líquido	-	104.380	4.710	1.931	111.021
Em 31 de dezembro de 2016					
Saldo inicial	-	104.380	4.710	1.931	111.021
Aquisições	-	-	-	3.314	3.314
Amortização	-	-	(792)	(641)	(1.433)
Saldo contábil líquido	-	104.380	3.918	4.604	112.902
Custo	-	104.380	7.081	10.821	122.282
Amortização acumulada	-	-	(3.163)	(6.217)	(9.380)
Saldo contábil líquido	-	104.380	3.918	4.604	112.902

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.12.16	31.12.15
Prédios e construções *	2,19	2,19
Equipamentos e instalações **	5,86	5,86
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
Softwares	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de *leasing* financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido, pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos exercícios de 2016 e 2015 apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Administrativos	1.232	1.607	1.558	1.880
Produtivos	60.403	55.859	60.402	55.859
	<u>61.635</u>	<u>57.466</u>	<u>61.960</u>	<u>57.739</u>

A abertura da amortização do intangível nos exercícios de 2016 e 2015 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Administrativos	1.218	1.023	1.218	1.023
Produtivos	215	180	215	180
	<u>1.433</u>	<u>1.203</u>	<u>1.433</u>	<u>1.203</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações dos ativos da Companhia e suas controladas no exercício de 2016.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras. Os valores apresentados estão baseados em laudos de avaliação específica na data da contratação das operações ou em avaliações posteriores, de acordo com o determinado em contrato, conforme descrito abaixo:

	31.12.16
Equipamentos e instalações	112.721
Prédios e construções	80.011
Terrenos	406.359
Total de imobilizado em garantias	<u>599.091</u>

g) Marca registrada

A marca registrada adquirida em combinação de negócios foi reconhecida pelo valor justo de R\$ 1.473 na data da aquisição. Durante o exercício de 2015 a marca deixou de ser utilizada tendo sido realizada sua baixa.

h) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios está reconhecida pelo valor justo de R\$ 6.617 e sofreu exercício de 2016 uma amortização de R\$ 792 (R\$ 792 em 2015), apresentando desta forma um saldo contábil líquido de R\$ 3.918. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

i) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e que ainda considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	<u>Premissas</u>
Preços médios de vendas de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado (% da taxa de crescimento anual)	5,5%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	27,7%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto (<i>Wacc</i>)	9,66%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período.

A Administração acredita ser razoavelmente possível que alterações futuras no preço de venda líquido dos impostos possam fazer com que o valor recuperável da UGC seja alterado. Para fins de cálculo de sensibilidade, avaliamos que mesmo com uma queda de 5% no preço líquido dos produtos para os próximos seis anos do fluxo de caixa descontado, o valor recuperável ainda se mantém superior ao valor em uso.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Custo de formação dos ativos biológicos	31.372	38.599	48.398	58.727
Diferencial do valor justo ativos biológicos	38.324	54.271	187.009	202.832
	<u>69.696</u>	<u>92.870</u>	<u>235.407</u>	<u>261.559</u>

Do total consolidado dos ativos biológicos, R\$ 127.722 (R\$ 173.212 em 31 de dezembro de 2015) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes o montante de R\$ 95.363 (R\$ 126.965 em 31 de dezembro de 2015) se referem a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos consolidados utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 107.685 (R\$ 88.347 em 31 de dezembro de 2015), e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;

- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado		
	31.12.16	31.12.15	Impacto no valor justo dos ativos biológicos
Área plantada (hectare)	19.837	23.909	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	3,00%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	9,00%	9,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	10,00%	9,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	10,50%	10,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	48,00	46,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	39,7	39,4	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio o Grande do Sul (*)	21,9	22,3	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

* O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina diferem em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em M³ por hectare/ano.

Neste exercício de 2016, a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou avaliação de todos seus ativos biológicos.

Não houve no exercício de 2016 outros eventos que impactassem a desvalorização dos ativos biológicos, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações do período são demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.14	101.114	281.621
Plantio	4.719	6.662
Aquisição de floresta	-	305
Exaustão		
Custo histórico	(779)	(3.635)
Valor justo	(815)	(16.944)
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(25.118)	-
Variação do valor justo	13.749	(6.450)
Saldo em 31.12.15	<u>92.870</u>	<u>261.559</u>
Plantio	5.115	7.370
Exaustão		
Custo histórico	(12.049)	(17.418)
Valor justo	(18.178)	(43.498)
Variação do valor justo	1.938	27.394
Saldo em 31.12.16	<u>69.696</u>	<u>235.407</u>

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios de 2016 e de 2015 foi substancialmente reconhecida no resultado do exercício, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 11 de abril de 2016, a Companhia e a sua subsidiária Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. celebraram com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. (“Global”), Contrato de Compra e Venda de Floresta, por meio do qual a Companhia vendeu à Global aproximadamente 4.644 hectares de florestas, pelo valor de R\$ 55.500 conforme nota explicativa nº 25, de forma que a Global explorará as Florestas ao longo do prazo de 11 anos. As florestas vendidas não comprometem o suprimento florestal da Companhia uma vez que excedem ao necessário para a estratégia de suprimento da fábrica de celulose.

Em decorrência da Operação, a Global e a Companhia também celebraram um Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual a Companhia se comprometeu a prestar serviços de gerenciamento florestal com relação às Florestas, tendo em vista sua elevada experiência nesse escopo de serviço.

A Global outorgou ainda opções de compra anuais, a serem exercidas ao longo dos próximos 11 (onze) anos, em favor da Irani Participações S.A., controladora da Companhia, em relação à aquisição de talhões das Florestas, de forma que a Irani Participações S.A., diretamente ou por meio de uma afiliada, inclusive a Companhia, poderá adquiri-los durante esse período. As opções de compra das florestas podem ou não serem exercidas pela Irani Participações ou pela Companhia, pois dependem da evolução do mercado de florestas e da estratégia de suprimento de madeira da Companhia.

No exercício de 2015, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 25.118. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 74.446, o que representa aproximadamente 32% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 15,8 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 6,7 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa aproximadamente 10% da área total com ativos biológicos da Companhia.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
a) Abertura dos saldos contábeis

	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
		31.12.16	31.12.15
Circulante			
Moeda nacional			
Finame	Fixo a 3,23%, TJLP + 4,54%, Selic + 5,54% e ECM + 3,65%	7.580	7.521
Capital de giro	Fixo a 10,85%, CDI + 4,15% e TJLP + 6,00%	112.328	52.815
Capital de giro - CDCA	IPCA + 10,22%	22.629	21.910
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	7.172	-
Leasing financeiro	Fixo a 15,80%	263	443
BNDES	TJLP + 3,60%	7.509	13.737
Total moeda nacional		157.481	96.426
Moeda estrangeira			
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo entre 4,90% e 6,75%	28.807	34.174
Banco Credit Suisse - PPE	Libor + 7,50%	24.360	-
Banco Itaú BBA - CCE	Fixo a 5,80%	8.087	19.509
Banco Santander PPE	Libor + 5,50%	3.657	4.392
Banco do Brasil - FINIMP	Libor + 2,50%	-	195
Banco Citibank - FINIMP	Libor + 4,09%	-	915
Banco Rabobank e Santander PPE	Libor + 5,95%	43.108	38.683
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	1.110	1.326
Banco De Lage Landen	8,20% a.a.	316	-
Total moeda estrangeira		109.445	99.194
Total do circulante		266.926	195.620
Não Circulante			
Moeda nacional			
Finame	Fixo a 3,23%, TJLP + 4,54%, Selic + 5,54% e ECM + 3,65%	8.495	13.287
Capital de giro	Fixo a 10,85%, CDI + 4,15% e TJLP + 6,00%	119.492	183.207
Capital de giro - CDCA	IPCA + 10,22%	-	20.008
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	177.451	-
Leasing financeiro	Fixo a 15,80%	471	114
BNDES	TJLP + 3,60%	41.088	39.743
Total moeda nacional		346.997	256.359
Moeda estrangeira			
Banco Credit Suisse - PPE	Libor + 7,50%	104.000	153.052
Banco Itaú BBA - CCE	Fixo a 5,80%	-	9.537
Banco Santander PPE	Libor + 5,50%	3.606	8.640
Banco Rabobank e Santander PPE	Libor + 5,95%	151.327	233.138
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	2.950	5.035
Banco De Lage Landen	8,20% a.a.	1.103	-
Total moeda estrangeira		262.986	409.402
Total do não circulante		609.983	665.761
Total		876.909	861.381
		Controladora e Consolidado	
Vencimentos no longo prazo:		31.12.16	31.12.15
	2017	-	209.915
	2018	221.707	180.339
	2019	187.603	151.993
	2020	129.824	87.833
	2021 a 2024	70.849	35.681
		609.983	665.761

b) Cronograma de amortização dos custos de captação

	Controladora e Consolidado					Total
	2017	2018	2019	2020	2021	
Em moeda nacional						
Capital de giro	(1.032)	(497)	(219)	(84)	(4)	(1.836)
Capital de giro - CDCA	(108)	-	-	-	-	(108)
Capital de giro - Operação Sindicalizada CCE	(1.139)	(1.109)	(832)	(498)	(110)	(3.688)
Total moeda nacional	(2.279)	(1.606)	(1.051)	(582)	(114)	(5.632)
Em moeda estrangeira						
Banco Credit Suisse - PPE	(1.086)	(831)	(396)	(21)	-	(2.334)
Banco Itaú BBA - CCE	(4)	-	-	-	-	(4)
Banco Rabobank e Santander PPE	(385)	(311)	(233)	(150)	(70)	(1.149)
Banco LBBW - FINIMP	(81)	(15)	-	-	-	(96)
Total moeda estrangeira	(1.556)	(1.157)	(629)	(171)	(70)	(3.583)
	(3.835)	(2.763)	(1.680)	(753)	(184)	(9.215)

c) Operações significativas contratadas no exercício

i) Adiantamento de Contrato de Câmbio: firmados contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante total de US\$ 8,5 milhões (equivalentes a R\$ 30.172 na data de contratação) com vencimentos até agosto de 2017 e taxas de juros fixas de 4,90% a 6,75% a.a.

ii) Capital de Giro:

- a. Banco Bradesco – CCE: firmado um contrato de CCE junto ao Banco Bradesco no valor de R\$ 8,9 milhões, com vencimento em 2019 e taxa de juros equivalente a CDI + 4,75% a.a. O empréstimo será liquidado em 12 parcelas trimestrais a partir de julho/2016.
- b. Banco do Brasil – CCB: firmado contrato de CCB junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 15 milhões, com vencimento em 2020 e taxa de juros equivalente a CDI + 5,03% a.a. O empréstimo será liquidado em 54 parcelas mensais a partir de agosto/2016.
- c. Banco Pine – NCE: firmado contrato de NCE junto ao Banco Pine no valor de R\$ 7 milhões, com vencimento em 2018 e taxa de juros equivalente a CDI + 4,15% a.a. O empréstimo será liquidado em 7 parcelas trimestrais a partir de abril/2017.
- d. Banco do Brasil – CCB: firmado contrato de CCB junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 10 milhões, com liquidação única em novembro/2017.

iii) Banco de Lage Landen – CCB: firmado um contrato de CCB junto ao Banco de Lage Landen no valor de US\$ 0,5 milhões (equivalente a R\$ 1,6 milhões na data de contratação) com vencimento em 2021 e taxa de juros fixa de 8,2% a.a. O empréstimo será liquidado em 58 parcelas mensais a partir de setembro de 2016.

- iv) Capital de Giro – Operação Sindicalizada – firmado um contrato de CCE junto aos bancos Itaú, Santander e Rabobank em uma operação sindicalizada, no valor de R\$ 180 milhões, com vencimento em 2021 e taxa de juros equivalente a CDI + 5% a.a. O empréstimo será liquidado em 15 parcelas trimestrais a partir de janeiro de 2018.

d) Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R\$ 307.177. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais no montante de R\$ 15.662 em aplicações financeiras em contas vinculadas junto aos Bancos Itaú e Rabobank.
- ii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.
- iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Rabobank e Santander, foram oferecidos como garantia terras e florestas no valor de R\$ 158.628.
- iv) Para o empréstimo de Capital de Giro – Operação Sindicalizada, contratada junto aos bancos Itaú, Santander e Rabobank, foram oferecidos como garantias terras e florestas no valor de R\$ 149.943 e cessão fiduciária de recebíveis no valor de R\$ 15.000.
- v) Para o financiamento contratado junto ao BNDES foram oferecidos como garantias um imóvel industrial abrangendo terreno, construções e equipamentos, dois imóveis comerciais e um residencial, que perfazem um montante de R\$ 121.436.

e) Cláusulas Financeiras Restritivas

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- ii) Banco Itaú BBA – CCE
- iii) Banco Santander Brasil – PPE
- iv) Banco Rabobank e Santander – PPE
- v) Banco Rabobank – CCE
- vi) Banco Santander – CCE

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia obteve *waiver* junto aos credores por não ter atendido o índice do item “a”.

vii) Banco Credit Suisse - PPE

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,00x (três vezes) para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2013; (ii) 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes) para o trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) 3,75x (três vírgula setenta e cinco vezes) para os trimestres entre 31 de março de 2014 e 30 de junho de 2014; (iv) 4,50x (quatro vírgula cinco vezes) para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014; (v) 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014; (vi) 4,25x (quatro vírgula vinte e cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de março de 2015 a 30 de setembro de 2015 ; (vii) 3x (três vezes) para o trimestre findo em de 31 de dezembro de 2015; (viii) 4,50x (quatro vírgula cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de março de 2016 a 31 de dezembro de 2016; (ix) 4,25x (quatro vírgula vinte e cinco vezes) para os trimestres findos entre 31 de março de 2017 a 30 de setembro de 2017 e; (x) 3x (três vezes) para os trimestres findos a partir de 31 de dezembro de 2017.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de 2,00x (duas vezes) para os trimestres fiscais findos a partir de 30 de junho de 2012 até 2020.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu todos os indicadores financeiros contratados junto ao Banco Credit Suisse.

viii) Capital de Giro – Operação Sindicalizada

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016: 3,8x (três vírgula oitenta vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017: 4,00x (quatro vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2018: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia obteve *waiver* junto aos credores por não ter atendido o índice do item “a”.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida.

17. DEBÊNTURES

a) Abertura dos saldos contábeis

Circulante	Emissão	Encargos anuais %	Controladora e Consolidado	
			31.12.16	31.12.15
Em moeda nacional				
Debêntures Simples	30.11.12	CDI + 2,75%	12.077	12.163
Debêntures Simples	20.05.13	CDI + 2,75%	19.037	9.085
Total do circulante			31.114	21.248
Não Circulante				
Em moeda nacional				
Debêntures Simples	30.11.12	CDI + 2,75%	-	11.913
Debêntures Simples	20.05.13	CDI + 2,75%	9.352	27.878
Total do não circulante			9.352	39.791
Total			40.466	61.039

Vencimentos a longo prazo:	Controladora e Consolidado	
	31.12.16	31.12.15
2017	-	30.656
2018	9.352	9.135
	9.352	39.791

A totalidade das debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações.

b) Cronograma de amortização dos custos de captação

	<u>Emissão</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Em moeda nacional			
Debêntures Simples	30.11.12	(87)	-
Debêntures Simples	20.05.13	(290)	(88)
Total moeda nacional		<u>(377)</u>	<u>(88)</u>

c) Garantias

- i) As Debêntures emitidas em 30 de novembro de 2012 contam com garantias reais no valor de R\$ 12.673 a serem constituídas em aplicações financeiras junto ao Banco Itaú.
- ii) As Debêntures emitidas em 20 de maio de 2013 contam com garantias reais e fiduciárias de bens e direitos da Companhia no valor de R\$ 58.362, em favor do Agente Fiduciário:
- Alienação fiduciária de imóveis em favor do Agente Fiduciário;
 - Alienação fiduciária de equipamentos industriais da unidade Papel MG – Santa Luzia;
 - Cessão fiduciária de 25% dos recebíveis sobre o saldo devedor do principal durante a vigência da emissão das debêntures.

d) Cláusulas Financeiras Restritivas

As Debêntures Simples emitidas em 30 de novembro de 2012, possuem cláusulas restritivas com verificação anual, conforme estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012: 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes).
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia obteve *wavier* junto aos credores por não ter atendido o índice do item “a”.

As Debêntures Simples emitidas em 20 de maio de 2013, possuem cláusulas restritivas com verificação anual, conforme estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes) e a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015: 3,00x (três vezes), exceto para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2016, no qual deverá ser observado o limite de 4,5x.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu todos os indicadores financeiros contratados nas Debêntures Simples emitidas em 20 de maio de 2013.

18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
CIRCULANTE				
Interno				
Materiais	57.539	48.539	57.578	48.176
Prestador de serviços	6.118	6.143	6.254	6.305
Transportadores	14.852	14.019	14.858	14.028
Partes relacionadas	32.181	16.466	-	-
Outros	824	520	824	520
Externo				
Materiais	335	1.106	335	1.106
	<u>111.849</u>	<u>86.793</u>	<u>79.849</u>	<u>70.135</u>

19. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Habitusul Florestal S.A.	4.400	-	983	745
Administradores	-	1.154	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	31.349	15.721
Remuneração dos administradores	-	-	828	716
Participação dos administradores	-	-	692	17.780
Habitusul Desenvolvimentos Imobiliários	17	54	-	-
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	-	-	-	23
Koch Metalúrgica S.A.	18.960	-	-	4.786
Total	23.377	1.208	33.852	39.771
Parcela circulante	4.417	54	33.852	39.771
Parcela não circulante	18.960	1.154	-	-

Controladora	Receitas		Despesas	
	2016	2015	2016	2015
Habitusul Florestal S.A.	-	-	9.118	8.900
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	14.103	26.613
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	280	259
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.236	1.116
Irani Participações S/A	-	-	480	480
Habitusul Desenvolvimentos Imobiliários	-	54	213	187
Koch Metalúrgica S.A.	1.824	35	-	64
Remuneração dos administradores	-	-	6.643	7.346
Participação dos administradores	-	-	-	55
Total	1.824	89	32.073	45.020

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Habitusul Desenvolvimentos Imobiliários	17	54	-	-
Koch Metalúrgica S.A.	18.960	-	-	4.786
Remuneração dos administradores	-	-	828	716
Administradores	-	1.154	-	-
Participação dos administradores	-	-	692	17.780
Total	18.977	1.208	1.520	23.282
Parcela circulante	17	54	1.520	23.282
Parcela não circulante	18.960	1.154	-	-

Consolidado	Receitas		Despesas	
	2016	2015	2016	2015
Irani Participações S/A	-	-	480	480
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	280	259
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.236	1.116
Remuneração dos administradores	-	-	6.699	7.402
Habitusul Desenvolvimentos Imobiliários	-	54	213	187
Koch Metalúrgica S.A.	1.824	35	-	64
Participação dos administradores	-	-	-	55
Total	1.824	89	8.908	9.563

Os débitos junto às controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados. Os valores de contas a receber pela controladora da controlada Habitasul Florestal S.A. é referente aos dividendos do exercício de 2016.

O crédito a receber de Administradores era decorrente de empréstimo concedido pela Companhia a seus Administradores que foram liquidados durante primeiro semestre de 2016.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda. corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 113, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 227 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

O débito junto a Koch Metalúrgica S.A. era decorrente da aquisição de imóvel conforme nota explicativa nº 13 e os créditos são decorrentes de adiantamento para fornecimento de equipamentos.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 6.699 no exercício de 2016 (R\$ 7.402 em 2015). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 18 de novembro de 2016 no valor máximo de R\$ 14.115.

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Provisões cíveis	1.400	1.260	1.400	1.260
Provisões trabalhistas	3.677	3.340	3.677	3.438
Provisões tributárias	1.027	12.885	1.027	12.885
Total	6.104	17.485	6.104	17.583

Controladora	31.12.15	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.16
Cível	1.260	140	-	-	1.400
Trabalhista	3.340	2.542	(462)	(1.743)	3.677
Tributária	12.885	611	1	(12.470)	1.027
	<u>17.485</u>	<u>3.293</u>	<u>(461)</u>	<u>(14.213)</u>	<u>6.104</u>
Consolidado	31.12.15	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.16
Cível	1.260	140	-	-	1.400
Trabalhista	3.438	2.542	(476)	(1.827)	3.677
Tributária	12.885	611	1	(12.470)	1.027
	<u>17.583</u>	<u>3.293</u>	<u>(475)</u>	<u>(14.297)</u>	<u>6.104</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de dezembro de 2016, havia R\$ 1.400 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.
- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 3.677 em 31 de dezembro de 2016, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.
- c) As provisões tributárias totalizam um valor de R\$ 1.027, e se referem principalmente à:
 - i) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 681. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2016, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.16	31.12.15
Contingências trabalhistas	11.924	10.239
Contingências cíveis	6.944	5.446
Contingências tributárias	84.802	83.524
	<u>103.670</u>	<u>99.209</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 11.924 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 6.944 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 84.802 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processo Administrativo nº. 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 10.283, referente a auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. O referido processo teve seu tramite encerrado no âmbito administrativo, atualmente aguarda ajuizamento da respectiva Execução Fiscal para iniciar sua discussão no âmbito judicial.
- Execução Fiscal nº. 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 5.196, referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da Ação Anulatória nº.2005.71.00.002527-8.
- Processo Administrativo nº. 11080-729.991/2016-55 com valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 831, referente a auto de infração do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, no qual se discute compensação de débitos com

créditos originados pela aplicação de alíquota maior do RAT nas Unidades Administrativas da Companhia. O referido processo encontra-se aguardando julgamento de impugnação.

- Processos Administrativos n°. 11080.013972/2007-12 e n°. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 5.600, referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Voluntários.
- Processos Administrativos n°. 11080.014747/2008-84 com valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 2.354, referente a Autos de Infração de IRPJ. A Companhia aguarda julgamento de seu Recursos Especial no âmbito administrativo.
- Processos Administrativos n°. 11080.014746/2008-30 com valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 617 referente a Autos de Infração de CSLL. O referido processo teve seu tramite encerrado no âmbito administrativo, atualmente aguarda ajuizamento da respectiva Execução Fiscal para iniciar sua discussão no âmbito judicial.
- Processo administrativo n°. 11080.009904/2006-88 refere-se a compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 5.213. A Companhia discute administrativamente estas notificações e aguarda o julgamento do respectivo recurso pelo CARF.
- Processos administrativos n°. 11080.009905/2006-12 e 11080.009902/2006-89, com valor total atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 6.626, referem-se a compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações. Os referidos processos tiveram seu tramite encerrado no âmbito administrativo, atualmente aguarda ajuizamento da respectiva Execução Fiscal para iniciar sua discussão no âmbito judicial.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 39.745. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 161.895 (R\$ 161.895 em 31 de dezembro de 2015), composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações

preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de Tag Along de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

Em 23 de abril de 2015 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a proposta de aumento do Capital Social da Companhia mediante a capitalização das contas de reserva legal, no valor de R\$ 2.829, e reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 7.171, que totalizam o montante de R\$ 10.000, passando o Capital Social de R\$ 151.895 para R\$ 161.895, sem emissão de novas ações.

b. Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		31.12.16		31.12.15	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

c. Pagamento baseado em ações

A Companhia realizou em 2013 um programa de remuneração com base em ações chamado de Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I), liquidado com ações, segundo o que a entidade recebeu os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 e foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. As opções foram exercidas no período entre 1º de abril de 2013 e 30 de abril de 2013. A

Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções exercida pelos participantes foi de 1.612.040 ações pelo preço médio de exercício por ação de R\$ 1,26.

d. Lucro do exercício

Em conformidade com o Art.202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais. O montante de dividendos creditados em 2016, referente ao resultado do ano de 2016, foi de R\$ 4.067.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	2016	2015
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(10.782)	495
(-) Reserva legal	-	(25)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	(470)
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	17.717	4.068
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	387	257
Realização - custo atribuído	8.947	9.048
Realização - custo atribuído (controladas)	-	-
Lucro base para distribuição de dividendos	<u>16.269</u>	<u>13.373</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>4.067</u>	<u>3.343</u>
Dividendos distribuídos antecipadamente	<u>-</u>	<u>4.950</u>
Saldo de dividendos a pagar	<u>4.067</u>	<u>-</u>
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,024748	0,030120
Total de dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	0,024748	0,030120

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

e. Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A Reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos, conforme itens ii. e iii., da nota explicativa nº 32, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

f. Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2016 corresponde a um ganho de R\$ 209.075, (R\$ 218.022 em 31 de dezembro de 2015).

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2016 corresponde a uma perda de R\$ 81.568, (R\$ 144.993 em 31 de dezembro de 2015).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>178.617</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(96.541)
Realização - custo atribuído	(9.047)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>73.029</u>
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	63.425
Realização - custo atribuído	(8.947)
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>127.507</u>

22. (PREJUÍZO)/LUCRO POR AÇÃO

O (prejuízo)/lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o (prejuízo)/lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

(Prejuízo)/lucro básico e diluído das operações continuadas:

	2016		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível a cada espécie de ações	(10.096)	(686)	(10.782)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>(0,0656)</u>	<u>(0,0656)</u>	

	2015		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	464	31	495
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>0,0030</u>	<u>0,0030</u>	

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas de produtos	1.005.845	984.594	1.013.581	997.652
Impostos sobre as vendas	(223.724)	(229.204)	(224.457)	(230.604)
Devoluções de vendas	(12.316)	(8.267)	(12.329)	(8.290)
Receita líquida de vendas	<u>769.805</u>	<u>747.123</u>	<u>776.795</u>	<u>758.758</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(393.827)	(388.259)	(350.916)	(365.549)
Gastos com pessoal	(135.816)	(118.831)	(144.981)	(118.831)
Varição valor justo ativos biológicos	1.938	13.749	27.394	(6.450)
Depreciação, amortização e exaustão	(93.788)	(60.438)	(124.802)	(79.696)
Fretes de vendas	(44.671)	(43.897)	(44.671)	(43.897)
Contratação de serviços	(26.040)	(14.015)	(26.644)	(14.015)
Outras despesas com vendas	(37.753)	(36.052)	(37.753)	(36.052)
Total custos e despesas por natureza	(729.957)	(647.743)	(702.373)	(664.490)
Parcela do custo	(596.872)	(535.478)	(593.422)	(530.437)
Parcela da despesa	(135.023)	(126.014)	(136.345)	(127.603)
Varição do valor justo dos ativos biológicos	1.938	13.749	27.394	(6.450)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita de bens sinistrados e alienados	2.077	2.021	2.077	2.021
Receita de alienação de florestas	34.700	-	55.500	-
Outras receitas operacionais	3.937	3.142	3.959	3.159
	40.714	5.163	61.536	5.180

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo dos bens sinistrados e alienados	(1.791)	(1.967)	(1.791)	(1.967)
Custo das florestas alienadas	(30.289)	-	(51.845)	-
Constituição previdenciária sobre a provisão de férias de exercícios anteriores	(1.988)	-	(1.988)	-
Outras despesas operacionais	(8.381)	(3.916)	(8.400)	(3.946)
	(42.449)	(5.883)	(64.024)	(5.913)

Total	(1.735)	(720)	(2.488)	(733)
--------------	----------------	--------------	----------------	--------------

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
(Prejuízo)/Lucro operacional antes dos efeitos tributários	(37.176)	288	(35.112)	962
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	12.640	(98)	11.938	(327)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	11.944	(978)	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	9.131	(2.209)
Constituição de Reserva de Incentivo fiscal	-	2.234	-	2.234
Outras diferenças permanentes	1.810	(951)	3.261	(165)
	<u>26.394</u>	<u>207</u>	<u>24.330</u>	<u>(467)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	2	(2)	(1.348)	(1.360)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26.392	209	25.678	893
Taxa efetiva - %	71,0	(71,9)	69,3	48,5

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	9.065	9.734	12.422	12.666
Juros	2.549	2.403	2.586	2.404
Descontos obtidos	159	270	160	273
	<u>11.773</u>	<u>12.407</u>	<u>15.168</u>	<u>15.343</u>
Varição cambial				
Varição cambial ativa	24.764	19.885	24.764	19.885
Varição cambial passiva	(44.225)	(36.958)	(44.225)	(36.958)
Varição cambial líquida	<u>(19.461)</u>	<u>(17.073)</u>	<u>(19.461)</u>	<u>(17.073)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(100.136)	(87.657)	(100.148)	(87.663)
Descontos concedidos	(1.076)	(1.937)	(1.076)	(1.937)
Deságios/despesas bancárias	(76)	(65)	(80)	(66)
Outros	(1.443)	(1.170)	(1.449)	(1.177)
	<u>(102.731)</u>	<u>(90.829)</u>	<u>(102.753)</u>	<u>(90.843)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(110.419)</u>	<u>(95.495)</u>	<u>(107.046)</u>	<u>(92.573)</u>

28. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 570.160. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima

de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações e debêntures detalhadas nas notas explicativas nº 16 e 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos bancos conta vinculada), conforme detalhado nas notas explicativas nº 5 e 9, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2016 foi de 38% capital próprio e 62% capital de terceiros, principalmente em função dos efeitos da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira que representa 40,60% da dívida total da Companhia, e também do efeito da variação cambial que reduz o Patrimônio Líquido em R\$ 81.568 pela contabilização do *Hedge Accounting*.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Dívida (a)	917.375	922.420	917.375	922.420
Caixa e saldos de bancos	(82.844)	(80.079)	(103.885)	(125.732)
Bancos conta vinculada	(94.198)	(19.722)	(94.198)	(19.722)
Dívida Líquida	<u>740.333</u>	<u>822.619</u>	<u>719.292</u>	<u>776.966</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>445.191</u>	<u>396.615</u>	<u>445.201</u>	<u>396.628</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,66</u>	<u>2,07</u>	<u>1,62</u>	<u>1,96</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	82.844	80.079	103.885	125.732
Conta a receber de clientes	153.644	135.277	154.227	135.854
Outras contas a receber	20.534	31.578	20.585	31.625
Bancos conta vinculada	94.198	19.722	94.198	19.722
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	876.909	861.381	876.909	861.381
Debêntures	40.466	61.039	40.466	61.039
Fornecedores	111.849	86.793	79.849	70.135

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos e financiamentos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

Considerando que os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua maior exigibilidade no longo prazo, a Companhia protege a exposição cambial

líquida com o equivalente a 29 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2016, e 32 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano de 2015.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Contas a receber	20.062	19.405	20.062	19.405
Bancos conta vinculada	13.537	19.722	13.537	19.722
Adiantamento de clientes	(139)	(443)	(139)	(443)
Fornecedores	(335)	(1.106)	(335)	(1.106)
Empréstimos e financiamentos	(372.431)	(508.596)	(372.431)	(508.596)
Exposição líquida	(339.306)	(471.018)	(339.306)	(471.018)

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro BM&FBovespa para a próxima divulgação (31 de março de 2017).

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2017.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2017.

Operação	Saldo 31.12.16 US\$	Cenário base Ganho (perda) R\$		Cenário adverso Ganho (perda) R\$		Cenário remoto Ganho (perda) R\$	
		Taxa		Taxa		Taxa	
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	10.309	3,17	(958)	3,96	7.202	4,75	15.360
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	(145)	3,17	13	3,96	(101)	4,75	(216)
Empréstimos e financiamentos	(114.274)	3,17	10.615	3,96	(79.838)	4,75	(170.268)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	103.754	3,17	(9.638)	3,96	72.489	4,75	154.594
Efeito líquido			32		(248)		(530)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2016 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na comparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas

operações de empréstimos e financiamentos, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), LIBOR (London Interbank Offered Rate), EURIBOR (The Euro Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro BM&FBovespa para a próxima divulgação (31 de março de 2017). A TJLP é extraída do BNDES. Para LIBOR, EURIBOR e IPCA são utilizadas as taxas da data de elaboração da análise.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2017.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2017.

Operação	Indexador	Saldo 31.12.16	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa								
CDB	CDI	180.881	12,37%	(2.209)	15,46%	3.213	18,56%	8.636
Captações								
Capital de Giro	CDI	(365.494)	12,37%	5.009	15,46%	(7.286)	18,56%	(19.581)
Debêntures	CDI	(40.930)	12,37%	530	15,46%	(771)	18,56%	(2.071)
BNDES	TJLP	(48.597)	7,50%	-	9,38%	(911)	11,25%	(1.822)
Finame	TJLP	(4.771)	7,50%	-	9,38%	(89)	11,25%	(179)
Finame	SELIC	(425)	12,38%	6	15,48%	(8)	18,57%	(22)
Capital de Giro	TJLP	(30.671)	7,50%	-	9,38%	(610)	11,25%	(1.219)
Capital de Giro	IPCA	(22.737)	5,35%	371	6,69%	67	8,03%	(237)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 3M	(326.278)	1,03%	(117)	1,29%	(960)	1,55%	(1.803)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 6M	-	1,35%	-	0,00%	-	0,00%	-
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 12M	(7.263)	1,71%	(2)	2,14%	(33)	2,57%	(64)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor 6M	(4.154)	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Efeito Líquido no Resultado				<u>3.588</u>		<u>(7.388)</u>		<u>(18.362)</u>

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar de curto prazo estão representados no balanço da Companhia com seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos utilizamos a técnica do valor presente pela taxa de mercado atual, considerando também o risco de crédito da Companhia, sendo que o valor justo não apresenta variação significativa em relação ao valor contábil.

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As renegociações de clientes em sua maioria estão amparadas por contratos de confissão de dívida, garantias de máquinas, equipamentos e imóveis, além de aval na pessoa física, garantindo o valor da dívida.

Riscos de aplicações de recursos

A Companhia está exposta ao risco quanto a aplicação de recursos com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou co-obrigação do Tesouro Nacional;
- ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iii) Debêntures de emissão dos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iv) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional da agência de *rating* Fitch das instituições financeiras:

	Consolidado	
	31.12.16	31.12.15
<i>Rating</i> nacional AAA (bra)	59.778	91.125
<i>Rating</i> nacional AA+ (bra)	31.013	31.076
<i>Rating</i> nacional A- (bra)	9.301	-
	<u>100.092</u>	<u>122.201</u>

É vedada a aplicação de recursos em renda variável.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2016 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

	2017	2018	2019	2020	acima 2021
Passivos					
Fornecedores	111.849	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	307.911	249.553	203.992	136.844	72.062
Debêntures	32.288	9.461	-	-	-
Outros passivos	2.008	335	-	-	-
	<u>454.056</u>	<u>259.349</u>	<u>203.992</u>	<u>136.844</u>	<u>72.062</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	82.844	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	94.198	-	-	-	-
Clientes a vencer	153.644	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	6.656	6.652	4.178	1.432	-
Outros ativos	15.784	-	-	-	-
	<u>353.126</u>	<u>6.652</u>	<u>4.178</u>	<u>1.432</u>	<u>-</u>
	<u>(100.930)</u>	<u>(252.697)</u>	<u>(199.814)</u>	<u>(135.412)</u>	<u>(72.062)</u>

Consolidado

	2017	2018	2019	2020	acima 2021
Passivos					
Fornecedores	79.849	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	307.911	249.553	203.992	136.844	72.062
Debêntures	32.288	9.461	-	-	-
Outros passivos	2.011	335	-	-	-
	<u>422.059</u>	<u>259.349</u>	<u>203.992</u>	<u>136.844</u>	<u>72.062</u>
Ativos					
Caixa e equivalentes	103.885	-	-	-	-
Bancos conta vinculada	94.198	-	-	-	-
Clientes a vencer	154.227	-	-	-	-
Renegociação de Clientes	6.683	6.652	4.178	1.432	-
Outros ativos	15.932	-	-	-	-
	<u>374.925</u>	<u>6.652</u>	<u>4.178</u>	<u>1.432</u>	<u>-</u>
	<u>(47.134)</u>	<u>(252.697)</u>	<u>(199.814)</u>	<u>(135.412)</u>	<u>(72.062)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 49.278, e que aumenta proporcionalmente na medida em que os empréstimos e financiamentos forem liquidados. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo reconhecido a valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos vinculados a operações de captação (reconhecidos diretamente no resultado)

Os instrumentos derivativos descritos abaixo, dada a sua natureza, foram considerados juntamente com a dívida um único instrumento ao custo amortizado.

- i) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de *swap* de fluxo de caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 40.000 (equivalente a USD 21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em março de 2017.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não está mais exposto à variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento. Este contrato está incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

- ii) Em 25 de julho de 2014, a Companhia contratou operação de *swap* de troca de taxa com Banco Santander, com objetivo de modificar a remuneração associada à taxa de juros das operações contratadas em janeiro de 2013 entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação e NCE – Nota de Crédito à Exportação, cujo vencimento final ocorreria em janeiro de 2016, passando o vencimento final das operações para junho de 2017, trocando a taxa atual dos contratos que são pré-fixadas para taxas indexadas em TJLP.

O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 30.000, cujo pagamento ocorrerá apenas ao final do contrato.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge Accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratadas para a cobertura dos riscos de variação cambial do fluxo das exportações e foram classificados como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*).

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros por meio de *hedge* de fluxo de caixa, no qual os instrumentos de *hedge* são instrumentos financeiros passivos não derivativos contratados pela Companhia. Os instrumentos financeiros de *hedge* contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse, um contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Itaú BBA, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Rabobank e Santander e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2021 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 81.568 (R\$ 144.993 em dezembro de 2015).

	Controladora e Consolidado 31.12.16	Controladora e Consolidado 31.12.15
Saldo inicial	219.686	73.412
Variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(77.543)	158.165
Reclassificação para resultado	(18.556)	(11.891)
	123.587	219.686
Saldo inicial	(74.693)	(24.960)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	26.365	(53.776)
Impostos sobre reclassificação para resultado	6.309	4.043
	(42.019)	(74.693)
Saldo Final	81.568	144.993

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia *dólar offset*, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificadas do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no período. Caso houvesse inefetividade no período o valor a ser reconhecido no resultado seria de R\$ 81.568.

A análise de sensibilidade dos instrumentos de *hedge* das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa, está considerada nesta mesma nota explicativa no item risco de exposição cambial juntamente com os demais instrumentos financeiros.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com três unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria, Embalagem SP - Indaiatuba e Embalagem SP - Vila Maria.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio uso, comercializa madeiras e, extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b. Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				Total
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	
	2016				
Vendas líquidas:					
Mercado interno	483.876	145.480	6.077	-	635.433
Mercado externo	-	86.099	55.263	-	141.362
Receita de vendas para terceiros	483.876	231.579	61.340	-	776.795
Receitas entre segmentos	-	15.672	-	(15.672)	-
Vendas líquidas totais	483.876	247.251	61.340	(15.672)	776.795
Variação valor justo ativo biológico	-	7.881	19.513	-	27.394
Custo dos produtos vendidos	(432.782)	(122.699)	(52.822)	14.881	(593.422)
Lucro bruto	51.094	132.433	28.031	(791)	210.767
Despesas operacionais	(67.655)	(21.948)	(4.871)	(44.359)	(138.833)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(16.561)	110.485	23.160	(45.150)	71.934
Resultado financeiro	(46.959)	(54.030)	(6.061)	4	(107.046)
Resultado operacional líquido	(63.520)	56.455	17.099	(45.146)	(35.112)
Ativo total	429.406	874.159	176.898	199.488	1.679.951
Passivo total	411.754	603.533	61.685	157.778	1.234.750
Patrimônio líquido	30.255	138.973	144.656	131.317	445.201

	Consolidado				Total
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	
Vendas líquidas:					
Mercado interno	497.152	127.450	5.365	-	629.967
Mercado externo	-	78.828	49.963	-	128.791
Receita de vendas para terceiros	497.152	206.278	55.328	-	758.758
Receitas entre segmentos	-	23.908	-	(23.908)	-
Vendas líquidas totais	497.152	230.186	55.328	(23.908)	758.758
Variação valor justo ativo biológico	-	41	(6.491)	-	(6.450)
Custo dos produtos vendidos	(424.348)	(89.996)	(38.810)	22.717	(530.437)
Lucro bruto	72.804	140.231	10.027	(1.191)	221.871
Despesas operacionais	(66.046)	(19.196)	(4.717)	(38.377)	(128.336)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.758	121.035	5.310	(39.568)	93.535
Resultado financeiro	(48.498)	(45.832)	1.757	-	(92.573)
Resultado operacional líquido	(41.740)	75.203	7.067	(39.568)	962
Ativo total	585.990	757.548	154.303	160.750	1.658.591
Passivo total	390.320	635.897	15.579	220.167	1.261.963
Patrimônio líquido	46.231	156.448	130.584	63.365	396.628

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c. Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2016 totalizaram R\$ 776.795 (R\$ 758.758 em 2015).

A receita líquida de venda para o mercado externo em 2016 totalizou R\$ 141.362 (R\$ 128.791 em 2015), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
	2016			2015	
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Alemanha	20.928	2,69%	Alemanha	17.934	2,36%
China	18.359	2,36%	Argentina	16.796	2,21%
Argentina	16.927	2,18%	Arábia Saudita	16.505	2,18%
Arábia Saudita	13.863	1,78%	França	11.206	1,48%
França	8.627	1,11%	África do Sul	7.403	0,98%
África do Sul	8.303	1,07%	Paraguai	6.425	0,85%
Paraguai	6.721	0,87%	Emirados Árabes Unidos	6.014	0,79%
Chile	6.318	0,81%	Chile	5.729	0,76%
Holanda	4.117	0,53%	Holanda	4.860	0,64%
Espanha	3.838	0,49%	China	4.752	0,63%
Japão	3.394	0,44%	Peru	4.393	0,58%
Cingapura	3.181	0,41%	Japão	3.614	0,48%
Peru	3.119	0,40%	Bolívia	3.089	0,41%
Turquia	2.961	0,38%	Índia	2.256	0,30%
Portugal	2.764	0,36%	Portugal	2.019	0,27%
Uruguai	2.471	0,32%	Uruguai	1.953	0,26%
Kuwait	2.344	0,30%	Áustria	1.938	0,26%
Bolívia	2.297	0,30%	Espanha	1.674	0,22%
Áustria	1.602	0,21%	Noruega	1.630	0,21%
Paquistão	1.349	0,17%	Hong Kong	1.418	0,19%
Dubai	1.199	0,15%	Cingapura	1.357	0,18%
Malásia	1.141	0,15%	Canadá	1.141	0,15%
Noruega	855	0,11%	Outros países	4.685	0,62%
Israel	762	0,10%		<u>128.791</u>	<u>16,97%</u>
Outros países	<u>3.922</u>	<u>0,50%</u>			
	<u>141.362</u>	<u>18,20%</u>			

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2016 no mercado interno totalizaram R\$ 635.433 (R\$ 629.967 em 2015).

No ano de 2016, um único cliente representava 4,7% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 22.742. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

31. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui um contrato de aluguel de unidade produtiva, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada período pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

O contrato de aluguel de unidade produtiva foi firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem SP – Indaiatuba, com vigência de 20 anos

e o valor mensal contratado atual de R\$ 227, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesas no ano de 2016 pela controladora, líquidos de tributos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 2.471 (R\$ 2.460 em 2015).
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 283 (R\$ 267 em 2015).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de dezembro de 2016 totalizam um montante mínimo de R\$ 82.926. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 7,19% a.a.

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	3.252	15.520	64.154	82.926
Arrendamentos operacionais a valor presente	3.034	12.135	30.337	45.506

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.1 mil hectares, da qual 2.2 mil hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 7,19% a.a.

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	528	2.143	648	3.319
Arrendamentos operacionais a valor presente	493	1.701	363	2.557

32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- ICMS/SC – Prodec: Possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses.

Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média de 17,94% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$ 18.675 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental R\$ 14.752.

- ii. ICMS/SC – Crédito Presumido: O Estado de Santa Catarina concede como principal benefício a apropriação de crédito presumido em conta gráfica do ICMS, nas saídas tributadas de produtos industrializados em cuja fabricação tenha sido utilizado material reciclável correspondente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do custo da matéria-prima, realizadas pela Companhia no Estado, de forma que a carga tributária final relativa a operação própria seja equivalente a 2,25% (dois vírgula vinte e cinco por cento) de seu valor (da operação própria), com o objetivo de viabilizar a ampliação da unidade industrial localizada em Vargem Bonita – SC. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 600.000, distribuído ao longo de 5 anos da concessão, e será utilizado para a ampliação da capacidade de produção da fábrica de Papel para Embalagens em 135.000 toneladas/ano e da capacidade da fábrica de Embalagens de Papelão Ondulado em 24.000 toneladas/ano.
- iii. ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% (dois por cento) do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG. O investimento total estimado é de aproximadamente R\$ 220.000, com início previsto em 2014 e término em 2017. O valor a ser investido será aplicado na modernização e ampliação da capacidade de produção da Máquina de Papel nº 7 (MP 7), e também para a construção de uma nova fábrica de embalagens de papelão ondulado.

33. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2016, a Companhia efetuou pagamentos de compras de ativo imobilizado, intangível e ativo biológico no montante de R\$ 12.111 que foram financiadas diretamente por fornecedores.

Durante o exercício de 2015, a Companhia efetuou pagamentos de compras de aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 5.223 que foram financiadas diretamente por fornecedores, e também aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. no valor de R\$ 25.118.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

No período de 05 a 10 de fevereiro de 2017 as florestas da controlada Habitasul Florestal S.A., localizada no Rio Grande do Sul, tiveram a incidência de incêndio florestal, possivelmente originado de fogo causado por pessoas que invadiram a área da empresa. No total o incêndio consumiu 1.255 hectares florestados com pinus, sendo 77 hectares de floresta adulta que não sofreu grandes danos, podendo ainda ser resinadas e ter sua madeira comercializada, e 1.178 hectares de florestas jovens, com idades entre 1 a 8 anos, que necessitarão serem reformadas.

A Companhia avaliou os possíveis efeitos no valor justo dos ativos biológicos dessas florestas que deverão ser reformadas, e estima perda de aproximadamente R\$ 5,4 mil, as quais serão devidamente reconhecidas nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2017.

O incêndio não ocasionará impactos adicionais na produção de resina e madeira, visto que as florestas jovens serão reformadas e realocadas ao fluxo de produção necessário às atividades da Companhia.